

Triangulações defensivas

POLÍTICA EXTERNA DIVERSIFICADA INTERESSA A TODOS OS PARTIDOS

MARCELO DE PAIVA ABREU

A visita do chanceler Gerhard Schroeder ao Brasil culmina um longo trabalho de reaproximação entre Alemanha e Brasil. Finalmente estão cicatrizadas as feridas causadas pelo fracasso da aproximação política teuto-brasileira de meados da década de 1970, na esteira da megalomania do acordo nuclear. Passado um quarto de século, a base para uma relação especial mais modesta entre os dois países é, hoje, fundamentalmente política. Repousa no apoio recíproco às aspirações de Berlim e Brasília de participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Alemanha veria, assim, reconhecida sua posição política no cenário internacional, compatível com sua preeminência na União Européia em termos de população e PIB. Ao Brasil a idéia seria cara, por coroar mais de uma década de política externa pragmática, mais ativa e longe da ênfase obstrucionista do período anterior.

Também teria, para o Itamaraty, o mérito histórico de sepultar o fantasma da discutida decisão brasileira de abandonar a Liga das Nações na década de 1920, ironicamente por conta das pressões britânicas quanto à entrada da Alemanha na organização. Resta saber se o entusiasmo mútuo resistirá num cenário em que não haja convergência de visões de dois governos social-democratas. Parece difícil imaginar que a entente Cardoso-Schroeder possa ser preservada num quadro não totalmente inverossímil, como, por exemplo, no limite, Lula de um lado e, de outro, Stoiber, líder conservador bávaro, admirador do neonazista austríaco Haider.

O Brasil tem buscado na sua política externa recente, inclusive econômica, um equilíbrio delicado: melhoria das relações bilaterais com os EUA e, simultaneamente, criação de contrapesos às relações com o país que o chanceler francês, Hubert Védrine, designou, com felicidade, como hiperpotência. De fato, essa estratégia não é nova na diplomacia brasileira.

Na década de 1930, a política econômica externa de Getúlio Vargas buscou utilizar enquanto pôde a expansão do comércio com a Alemanha nazista como forma de relativizar a preeminência norte-americana no Brasil. O experimento foi repetido na década de 1970, quando a aproximação com a então República Federal foi estimulada pela deterioração das relações do regime militar brasileiro com Washington. Mesmo a aproximação brasileira com a Argentina, a partir de meados da década de 1980, teve o seu lado de defesa em relação ao paradigma de alinhamento automático a Washington. Em todos os casos precedentes, as tentativas de "triangulação" da política externa, em geral com forte conteúdo econômico, foram implementadas num quadro marcado pela multipolaridade até 1939 e pela bipolaridade EUA-URSS após a 2.ª Guerra Mundial. Entretanto, após o colapso da URSS, a acachapante superioridade militar e econômica dos EUA caracteriza um quadro político mundial unipolar ainda mais contundente do que no auge britânico de meados do século 19.

Esse predomínio incontestado dos EUA, que já se refletia nas políticas de Washington antes de setembro do ano passado, deu lugar a um unilateralismo ainda mais aguçado desde então. Durante certo tempo houve a esperança de que os círculos mais moderados do governo norte-americano fossem capazes de refrear os excessos dos setores mais radicais. As repercussões do recente discurso sobre o estado da União do presidente Bush já haviam explicitado as dificuldades de assegurar apoio de uma coalizão internacional abrangente à idéia de queo combate ao "eixo do mal" justificaria o uso de "todas as opções", especialmente no caso do Iraque. A pá de cal nas esperanças de que o discurso fosse mais retórico do que compromisso real veio em meados da semana passada, quando o secretário de Estado, Colin Powell, de forma que beirou o insultuoso, tratou as declarações críticas de líderes europeus como pouco sérias.

Se um país hegemônico unipolar decide que suas políticas devem ser traçadas quase que exclusivamente com base nos seus interesses internos, é claro que, para um país "pequeno" como o Brasil,

uma política externa calcada em "triangulação", que tenha como objetivo atenuar o poder de barganha do país hegemônico, embora faça todo o sentido, pode tornar-se insuficiente.

Especialmente quando o principal candidato a contrapeso, a União Européia, abriga um leque tão amplo de posturas em relação à política dos EUA quanto o que separa Tony Blair de Hubert Védrine ou de Chris Patten, comissário europeu para as Relações Exteriores. O Brasil, por ser remoto em relação às áreas de interesse estratégico na Ásia Central e no Oriente Médio, tem, em princípio, menos dificuldades em manter política equilibrada de repulsa ao terrorismo internacional, embora temperada por postura crítica em relação aos excessos unipolares de Washington. Entretanto, há o perigo de o unilateralismo norte-americano ser aplicado a outros temas não associados aos atentados de setembro, mas que podem vir a suscitar mobilização política interna dos EUA quase equivalente, por exemplo, ao combate ao narcotráfico.

Nesse caso, o Brasil estaria em posição exposta quanto a demandas norte-americanas com relação a cooperação militar e assuntos correlatos que poderiam ser de acomodação difícil.

Mais do que em qualquer momento na sua história recente, a política externa brasileira depende de ampla diversificação de iniciativas bilaterais com conteúdo, ao menos inicial, fundamentalmente político. No passado, a falta de incentivos ao estabelecimento de relações mais próximas com a China, a Rússia, a Índia e a África do Sul decorria da reduzida importância dos vínculos comerciais e financeiros prévios entre o Brasil e essas economias.

A generalização de "triangulações" poderá tornar o País menos vulnerável a pressões para que adote políticas contrárias ao interesse nacional sob pressão unipolar. Um grande mérito de tal programa é que a recomendação enfática para a sua adoção é invariante em relação aos resultados das eleições presidenciais que se aproximam. Qualquer que seja a coalizão vitoriosa no final do ano, haverá demanda por instrumentos que possam melhorar o limitado poder de barganha que o Brasil tem ou terá em relação aos EUA.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio